



Crédito verde – Políticas públicas voltadas à agroecologia

Green credit – Public policies focused on agroecology

PEREIRA, Marcelo¹; CASTRO, Nicolas²; TEIXEIRA, Vofsi³; MARAJÓ, Larissa⁴; PLÁCIDO JR., Cristóvão

¹ IFAM, marcelo.mhsp10@gmail.com; ² IFAM, nicolas.scastro@hotmail.com; ³ IFAM, nicolas.scastro@hotmail.com; ⁴ IFAM, larissa14marajo@gmail.com; ⁵ IFAM, cristovao.junior@ifam.edu.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo: Neste relato apresentamos os resultados do projeto de extensão realizado em 2019 nas comunidades Colônia Central da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé - RDS Tupé no município de Manaus/AM e São Francisco da Costa da Terra Nova, no município do Careiro da Várzea/AM. O projeto teve como parceiros a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Manaus-SEMMAS e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. O projeto teve como objetivo a capacitação dos agricultores familiares através de minicursos e reuniões, onde foram abordados assuntos sobre políticas públicas e linhas de crédito voltadas para a produção agroecológica e fortalecimento da agricultura familiar. Seu desenvolvimento foi através da percepção da ausência de informações relacionadas às políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares das comunidades durante reuniões com as associações de moradores das comunidades.

Palavras-Chave: agroecologia; agricultura familiar; políticas públicas; e crédito rural.

Contexto

A agricultura familiar é caracterizada como produtora social de alimentos para suprimento das necessidades da família, além do fornecimento dos produtos excedentes. Na amazônia possibilita o favorecimento de um novo modelo de desenvolvimento, com base na modernização dos setores econômicos tradicionais, favorecendo sua sustentabilidade, podendo, com o apoio da biotecnologia visando o desenvolvimento de produtos e serviços regionais e o fomento para ações e atividades que demonstrem viabilidade econômica, financeira e ambiental, sem a necessidade de mitigação das áreas florestadas (BECKER, 2009). De acordo com Meneghetti e Souza (2016), a agricultura familiar é, em termos numéricos, predominante no Brasil e no estado do Amazonas, tendo capacidade de gerar renda e trabalho no meio rural, contribuindo significativamente para a diminuição do êxodo rural. A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, em seu art. 3º caracteriza o agricultor familiar ou empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural e atendam os requisitos explicitados na mesma lei (BRASIL, 2006). No estado do Amazonas, a agricultura familiar ocupa mais de 91% dos estabelecimentos rurais,



com predominância de estabelecimentos rurais de pequeno porte. As condições edafoclimáticas do Amazonas e o modo de vida das unidades familiares, em especial dos ribeirinhos favorece essa característica, estando a agricultura familiar fortemente ligada a esses fatores.

A política pública busca por meio da integração de diversas colaborações disciplinares, assim como campo de pertencimento de diversas áreas afins, atender às diversas demandas da sociedade. O presente trabalho buscou levar o conhecimento de políticas públicas voltadas à agroecologia e produção orgânica de alimentos aos produtores rurais para duas comunidades do estado do Amazonas, sendo uma em terra firme (Colônia Central da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé - RDS Tupé no município de Manaus/AM) e outra na várzea (São Francisco da Costa da Terra Nova, no município do Careiro da Várzea/AM). Dessa forma, buscou-se contribuir de maneira objetiva nos aspectos referentes aos conceitos, aplicabilidade e efetividade pertinentes às políticas públicas voltadas à Agroecologia.

Dentre os diversos programas no âmbito federal e estadual, foram trabalhados três Programas: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; e o Programa de Regionalização da Merenda Escolar – PREME, o primeiro voltado à política de crédito e o segundo e terceiro à aquisição e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar. O PRONAF visa apoiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias mediante o emprego direto da força de trabalho do agricultor e sua família com intuito de fortalecer suas atividades. A Política de Crédito é caracterizada por um forte relacionamento entre o empreendedor rural e a instituição provedora do crédito, por meio, principalmente, da ação dos Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. O PRONAF conta com diversos subprogramas tais como: PRONAF agroindústria, PRONAF mulher, PRONAF jovem e PRONAF agroecologia. Por meio do auxílio financeiro para a utilização de tecnologias e ampliação da área plantada. Além de ter ajudado a desenvolver e transformar aproximadamente 2,6 milhões de pequenas propriedades rurais, ajudando a gerar mais renda e potencializar a mão de obra familiar. De acordo com os dados do DIEESE, NEAD e MDA Apud Saron e Hespanhol (2012), o PRONAF se consolidou como uma política de crédito efetiva em 4.963 municípios do Brasil, onde os cultivos que mais absorviam o crédito de custeio do programa eram o milho, soja, café, trigo, mandioca, arroz e feijão. Dessa forma, é perceptível a grande importância das commodities na distribuição do crédito de custeio do programa, enquanto que os cultivos diretamente voltados ao consumo interno têm uma participação secundária no programa (INCRA,2000; GUANZIROLI *et al*, 2001).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), executada em parceria com a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster). O PAA propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais e promove a doação desses



alimentos para entidades socioassistenciais. O PAA, além de fortalecer a agricultura familiar, também proporciona mais um benefício para os usuários dos serviços que recebem a doação dos alimentos adquiridos pelo programa: a garantia de uma alimentação saudável (AMAZÔNIA, 2017). A partir da oferta de frutas, verduras, legumes, grãos, cereais e alimentos orgânicos, o programa é um vetor de acesso a alimentos saudáveis. O produto, saudável e de qualidade, beneficia pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, atendidas pela rede socioassistencial, promovendo segurança alimentar e nutricional, garantindo uma alimentação adequada a quem mais precisa. Como o pequeno agricultor familiar não tem a capacidade de escoamento da sua produção, no caso, transporte adequado e logística para levar esse alimento da zona rural para a cidade, esse produto acaba sendo desperdiçado. Com esse projeto, ele consegue vender o produto dele e, assim, escoar a produção, garantir uma renda para sua família e, principalmente, combater a insegurança alimentar, porque ele vende um produto natural e saudável.

O Programa de Regionalização da Merenda Escolar - PREME visa substituir os gêneros alimentícios importados por produtos regionais, contribuindo para a interiorização do desenvolvimento e o resgate de hábitos alimentares saudáveis, garantindo a qualidade dos itens alimentícios que compõe a merenda escolar, por meio de produtos oriundos da produção agrícola regional. O PREME já colocou o estado do Amazonas em destaque nacional por regionalizar seus cardápios além dos 30% estipulados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (PREME, 2010). A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (BRASIL, 2009). O PREME é uma experiência bem sucedida do Amazonas, que iniciou com valores na ordem de R\$ 2,5 milhões. Em seu início, contemplou 1.200 famílias e hoje, com apoio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e do município de Manaus, aumentou-se para R\$ 25 milhões (PREME, 2010). O programa é uma importante ferramenta de distribuição de renda com sustentabilidade ambiental” (CAVALCANTE, 2010). Os investimentos além de beneficiar os estudantes, favorecem produtores e cooperativas agrícolas regionais, uma vez que a garantia da comercialização gera emprego e renda.

Um fator que expõe o “não êxito” no acesso e na aplicação dos recursos destinados aos programas e Sistemas de Produção Orgânicos e Agroecológicos está na falta de informação/conhecimento das Políticas Públicas voltadas a esse segmento produtivo. Desta maneira o projeto Crédito Verde: Políticas Públicas voltadas à Agroecologia, realizado em 2019, se fez necessário, e teve como objetivo, inicial, levar o conhecimento da política de crédito e dos programas (PRONAF, PAA E PREME) aos agricultores familiares nas comunidades Colônia Central da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé - RDS Tupé no município de Manaus/AM e São Francisco da Costa da Terra Nova, no município do Careiro da Várzea/AM, assim estarão informados sobre como ter acesso e fazer parte dos programas, das



políticas públicas, além da possibilidade de acesso a uma produção e distribuição de alimentos mais saudáveis.

Descrição da Experiência

Inicialmente para realização do projeto foi necessário o apoio do Órgão Gestor da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM, para parceria no projeto, visto que o órgão é responsável pela assistência técnica e extensão rural do estado do Amazonas. A primeira reunião realizada na comunidade após aprovação do projeto, foi com os membros do conselho deliberativo da Associação de Moradores das Comunidades para apresentação do projeto e que teve como objetivo organizar, delimitar e sistematizar uma proposta de ação. Os executores coletaram dados para alcançar os objetivos pretendidos tendo em vista a resposta ao problema apresentado. Após o primeiro contato com os representantes da Associação de Moradores das comunidades, foi realizada a convocação dos agricultores familiares para apresentação do projeto.

Os agricultores familiares residem nos ramais da comunidade, o que demandou tempo para convocação dos mesmos para participar das reuniões. Foram realizadas duas reuniões com os agricultores familiares, nas quais foram explicados os objetivos do projeto e foi realizado um levantamento de demandas por parte dos agricultores, além da data de realização do minicurso. As reuniões foram realizadas e serviram para conhecer melhor a realidade das comunidades, os agroecossistemas e o modo de vida dos agricultores. Os agricultores e comunitários foram receptivos aos objetivos do projeto. Nas ocasiões das reuniões, foram apresentadas as condições para participação do minicurso, assim como os agricultores sugeriram alguns temas de relevância como o Novo Código Florestal, Cadastro Ambiental Rural – CAR, Regularização Fundiária, Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP e Cartão de Produtor Primário – CPP para serem abordados. Posteriormente foi levantado através de questionário o conhecimento dos agricultores sobre as políticas públicas: PRONAF, PAA E PREME. Foi realizado um minicurso voltado à Política de Crédito destinado a produção de alimentos no Sistema Orgânico de produção e Agricultura de Base Agroecológica. As palestras foram ministradas pelo Orientador do Projeto, Prof. Dr. Cristóvão Gomes, pela bolsista Larissa Yanka. Além disso, trocas de experiência entre os realizadores do projeto e os agricultores da comunidade aconteceram nos intervalos das atividades, onde todos se reuniram, no restaurante da comunidade ou na sede da associação comunitária para almoço coletivo com todos os presentes envolvidos. Também foram realizadas visitas técnicas de ATER às propriedades dos agricultores familiares.

Resultados

Apesar da proximidade com Manaus, capital do Estado do Amazonas, as



comunidades Colônia Central da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Tupé - RDS Tupé no município de Manaus/AM e São Francisco da Costa da Terra Nova, no município do Careiro da Várzea/AM, são carentes de assistência técnica e informações pertinentes sobre as políticas públicas voltadas à agroecologia. Durante as visitas, reuniões e vivência nas comunidades, foi constatado que os agricultores da comunidade Colônia Central não são assistidos por nenhum órgão ou instituição de Assistência Técnica e Extensão Rural seja federal, estadual ou municipal. Nas duas comunidades, as atividades produtivas a serem implantadas, necessitam ser de base agroecológica. Porém, a grande distância ou a total ausência dos órgãos e instituições de assistência técnica torna esse processo no atual cenário encontrado para os agricultores familiares, sem perspectiva de ocorrer, principalmente quanto às políticas públicas, o que fica ainda mais evidente com a ausência de informações e orientações técnicas sobre como trabalhar e como seriam os roçados agroecológicos com ATER. Bem como, quais práticas devem ser adotadas, além de outras informações necessárias para uma real inclusão social dos agricultores.

Ao final das atividades, foram distribuídas fichas individuais para avaliação e feedback de todo o processo. Os relatos dos participantes das atividades no *feedback* mostraram que projeto alcançou expectativas esperadas. Os agricultores familiares enalteceram a iniciativa do projeto de extensão em levar conhecimentos sobre as políticas públicas para a comunidade pois, apesar de ser uma comunidade com bastante agricultores, os mesmos não sabiam da existência de tais políticas e nem como poderiam acessá-las. Relataram ainda, que apesar da proximidade com a capital, muitas informações e projetos não chegam até as comunidades. Consideramos que o projeto foi exitoso, e foi além das expectativas, abrangendo outros assuntos além das políticas públicas voltadas à produção, tais como a educação e saúde no campo, mas que são de fundamental importância e que estão diretamente ligados ao tema principal do projeto.

Referências bibliográficas

AMAZÔNIA, Portal - A importância do PAA: programa que vem fortalecendo a agricultura familiar. Ciorganicos.com.br, Rio, 12 de janeiro de 2017. Disponível em <https://ciorganicos.com.br/biblioteca/importancia-do-paa-programa-que-vem-fortalecendo-agricultura-familiar/>.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

BRASIL. Política Nacional da Agricultura Familiar: Lei n. 11.326 de 24 de junho de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm.

BRASIL. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.



CAVALCANTE, Valdelino. Programa de Regionalização da Merenda Escolar do Amazonas é referência para política nacional. Governo do Amazonas, Manaus, 12 de abril. De 2010. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/2010/04/programa-de-regionalizacao-damerenda-escolar-do-amazonas-referenciapara-politica-nacional/> >.

GUANZIROLI, Carlos; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antonio M.; DI SABBATO, Alberto; BITTENCOUT, Gilson: Agricultura Familiar e Reforma Agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA– INCRA. Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. Fev, 2000. Disponível no site: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2613> 1.

MENEGHETTI, Gilmar Antônio; SOUZA, Sígla Regina. A agricultura familiar do amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. Vol. 1, n. 5. Embrapa Amazônia Ocidental, 2015.

PREME - Programa de Regionalização da Merenda Escolar. Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, Manaus, 12 de abril. De 2010. Disponível em: < <http://www.ads.am.gov.br/programas/> >.

SARON, Flávio. A.; HESPANHOL Antônio. N. O Pronaf e as políticas de desenvolvimento rural no Brasil: o desafio da (re) construção das políticas de apoio à agricultura familiar. Geo UERJ - Ano 14, nº. 23,v. 2, 2º semestre de 2012 p. 656- 683.